

A GEOGRAFIA SOCIAL DE CANUDOS

* Fadel David Antonio Filho

INTRODUÇÃO

A história de CANUDOS é a repetição de inúmeras outras histórias ocorridas na América Latina desde o início da colonização, e foi antes de tudo, um exemplo de tenaz resistência das massas camponesas oprimidas, contra o sistema dominante.

Segundo alguns autores, como FACÓ⁵, o fenômeno de CANUDOS tem suas raízes no “monocultura voltada essencialmente para a exportação de alguns produtos” o que “entrouvrou brutalmente o crescimento das forças produtivas”.

O monopólio da terra reduziu ao isolamento e ao atraso cultural consideráveis contingentes das populações rurais na nossa hinterlândia, principalmente no chamado “SERTÃO”. O analfabetismo, a ignorância generalizada com relação ao “mundo exterior”, considerando mesmo os limites do sertão, mantinham estagnadas essas populações dentro de uma sociedade de economia pré-capitalista e com uma estrutura, nas relações de produção, das mais injustas e atrasadas.

O sertão do Nordeste brasileiro corresponde a uma das três grandes áreas de semi-aridez da América do Sul ao lado da região de Guajira na Venezuela e na Colômbia e a diagonal seca do Cone Sul que apresenta nuances de aridez, ao longo do Equador, Chile e Argentina, segundo AB’SABER¹. Ainda segundo esse autor, o “Nordeste seco possui uma área total da ordem de 750 mil quilômetros quadrados, onde vivem 20 milhões de brasileiros – entre os quais, quatro milhões de camponeses sem terra – marcados por uma relação telúrica com a rusticidade física e ecológica dos sertões, sob uma estrutura agrária particularmente perversa”. São dados atuais que pouco mudaram nos últimos cem anos.

O começo do povoamento do sertão se deu em fins do século XVI através da penetração do gado, na busca de novas áreas de pecuária. Como diz MACHADO⁶, “a penetração para o interior foi feita antes da mineração, graças ao gado e aos caminhos que se cruzavam. O progresso fixava as bases para o aparecimento de vilas ou feiras de gado”. Entretanto, o homem do sertão – o sertanejo – para fugir do jugo do latifúndio, pentrou profundamente nessa região semi-árida, que se apresenta revestida de uma vegetação baixa-arbustiva-arbórea ou arbórea-arbustiva, predominantemente caducifólia com intrusões de pleno xerofismo.

Ai assim, nos primeiros tempos da colonização, o sertanejo-vaqueiro tinha uma vida relativamente confortável e a possibilidade de ascensão social. O uso dos brejos para a agricultura de subsistência, verdadeira, “ilhas de umidade” e de

* Departamento de Geografia – I.G.C.E. – UNESP – Rio Claro

solos férteis, fornecia-lhe o necessário sustento em grãos, verduras e frutas; o processo de “quatriação” (o vaqueiro recebia uma em cada quatro crias) abria-lhe a possibilidade de um dia possuir o próprio rebanho e a ausência, na maioria das vezes, da autoridade (em geral os proprietários das grandes fazendas não residiam no sertão), criavam uma estrutura social diferente da faixa litorânea.

Mas a partir de século XVII, com a valorização do gado devido ao aumento da demanda, principalmente nas zonas de mineração do ouro em Minas Gerais, a ordem social estabelecida no sertão do Nordeste sofreu mudanças. A terra para a criação também valorizou e o vaqueiro estagnou socialmente. As relações de produção se caracterizaram numa violenta exploração que levou cada vez mais à marginalização e ao empobrecimento daquelas populações.

A intersificação do processo de monopolização das terras no Nordeste brasileiro tornou-se assim um obstáculo para a expansão capitalista. Diz FACÓ⁵ que “a burguesia procurava tomar iniciativa no domínio econômico, não obstante o enorme obstáculo que se levantava diante dela: a grande propriedade territorial pré-capitalista resistindo a qualquer mudança, porque voltada unicamente para o comércio externo”. Na verdade, grande parte da burguesia industrial já nascia ligada ao grande latifúndio, apesar de reconhecer na necessidade de se operarem modificações na estrutura agrária.

Entretanto, a situação das massas camponesas continuava a mesma: nas terras dos grandes proprietários, os camponeses não possuíam nenhum direito político, porque não tinham opinião livre. O latifundiário era a lei. Tinham apenas o direito e a possibilidade de partirem. Mas, nem a alternativa do êxodo rural para os centros urbanos do Nordeste poderia ser considerada, visto que as cidades daquela região, até 1930, apresentavam-se num lento processo de progresso e modernização. Em razão disso, não exerciam atração sobre as populações sertanjas. No máximo, por ocasião das longas estiagens, as secas, levadas de retirantes ou flagelados transitavam por essas cidades, vistas como pontos ou portos de embarques, para a Amazônia ou para os centros do Sul-Sudeste do país. Se não conseguiam as passagens, abrigavam-se precariamente nas periferias urbanas, onde tornavam-se presas fáceis da fome e das doenças resultantes.

A situação dos que ficavam no campo não era muito diversa dos que fugiam para se tornarem marginalizados nas periferias urbanas.

Assim, sem bens, sem direito, sem garantias, essas populações estavam a mercê das injustiças e da exploração dos poderosos. A reação se fazia por pelo menos duas vias: o vânditismo franco-na figura dos grupos de “cangaceiros”, que buscavam no saque e no assalto aos aquinhoados, uma saída para a injustiça social; ou a pronta adesão a um líder místico que promettesse uma vida melhor, que reavivasse a esperança daquela gente de alcançar a felicidade e deixar os dias de miséria, mesmo que isso devesse estar num futuro longínquo ou num outro plano da existência.

Diz MACHADO⁶ que “o sertanejo, que não tinha a mesma força do ‘fora-da-lei’, trazia no íntimo a esperança de uma esperança, de uma felicidade distante. Buscava no fantástico a solução de seus problemas. E esperava. Contudo apenas esperava. Contudo apenas esperava. No momento em que surgiu o primeiro messias, que falava sua linguagem, transmitia o que lhe ia no íntimo, e manifestava seus desejos reprimidos. O sertanejo se fanatiza e se torna, também, um ‘fora-da-lei’. Por esse líder místico, ele era capaz de qualquer sacrifício, matar ou morrer. Encontrou nova razão para sua vida”.

EUCLIDES DA CUNHA³, autor do livro Os Sertões que aborda a guerra de Canudos, diz que o sertanejo tem uma alma inerte ante as influências que sofre, podendo ir, de acordo com essas, “da extrema brutalidade ao máximo de devotamento”. Euclides advogava assim a idéia das classes dominantes da época (fins do século XIX e começo do século XX), de que o sertanejo estaria ainda num ‘estadio’ emocional primitivo.

No caso de Canudos, acreditamos que existem outros aspectos a serem considerados, em especial a figura do líder místico ANTÔNIO CONSELHEIRO. Diz SOLA⁸ QUE Canudos só foi possível porque existia, além da manifestação de cunho religioso, uma consciência crítica que nasceu de uma série de fatores ligados a ANTÔNIO CONSELHEIRO.

ANTÔNIO CONSELHEIRO – A ESPERANÇA SERTANEJA

Dos inúmeros movimentos de caráter religioso ou milenarista (movimento que anuncia o fim do mundo e a necessidade de preparação espiritual para ser recompensado com o período de felicidade que viria a seguir) que ocorreram no Brasil, nenhum se igualou ao de Canudos. Diz SOLA⁸ que “era no início apenas um movimento religioso”, mas “com o desenrolar dos acontecimentos acabou por se tornar um movimento de contestação política e social, vindo a ser a maior manifestação de caráter social com participação camponesa que o Nordeste conheceria”. Nenhum líder místico chegou a possuir o carisma, a liderança e a fama de Antônio Conselheiro. À preocupação “espiritual” juntou-se as preocupações materiais da população.

Entretanto, de uma maneira geral os movimentos populares-religiosos que surgiram no sertão, principalmente no fim do século XIX e no começo do século XX, foram interpretados como resultado do “fanatismo” latente no espírito daquelas populações “atrasadas” ou como admitia EUCLIDES DA CUNHA³, populações essas que ainda viviam num estágio civilizatório inferior.

Isoladas naqueles vastos sertões da hinterlândia brasileira, estavam essas populações defasadas por séculos em relação as populações “europeizadas” que viviam ao longo do litoral do país. Euclides justificava assim, as “aberrações” na religiosidade daqueles sertanejos, segundo o enfoque das classes dominantes.

Antônio Conselheiro nasceu em 1828 e relatam seus biógrafos, teve uma vida atribulada. Filho de pequenos comerciantes de Quixeramobim (CE), aos seis anos ficou órfão de mãe e nunca teve um bom relacionamento com a madrasta. Por outro lado, a maioria dos biógrafos concordam que Antônio Vicente Mendes Maciel, o Antônio Conselheiro, sempre foi um homem manso que ajudava o pai (este “de honradez proverbial e ríspido” segundo EUCLIDES DA CUNHA³) no comércio e mesmo depois deste morrer, assumiu a proteção das três irmãs até elas se casarem. Como escreve EUCLIDES DA CUNHA³, Antônio Maciel teve uma “vida corretíssima e calma”, não participando da luta que se desenrolava entre as famílias dos Maciéis e dos Araújo, esses, grandes latifundiários. A família de Antônio Maciel, segundo o Cel. João Brígido dos Santos, citado por EUCLIDES DA CUNHA³, formava uma família numerosa de “homens válidos, ágeis, inteligentes e bravos”, dedicados a vaqueirice e a pequena criação. A reputação dos Maciéis suscitou a inveja dos Araújos, donos opulentos de vastos latifúndios e grandes boiadas, acostumados a fazer justiça por si mesmos.

Das intrigas a acusação infundada de roubo, levou à luta essas duas famílias. Adicionando a tudo isso, ainda segundo EUCLIDES DA CUNHA³, Antônio Maciel teria se desequilibrado emocionalmente após seu malfadado casamento. Traído pela mulher e humilhado, desapareceu por dez anos. Ressurgiu mais tarde nos sertões de Pernambuco, Sergipe e Bahia, impressionando as pessoas pelo seu visual estranho – cabelos alcançando os ombros, barbas longas e inculta, face magra onde se acentuava um olhar fulgurante e magnético. Angariou respeito e adeptos. Primeiro os marginalizados, os mendigos, os despossuídos; depois, a gente simples do sertão que largava tudo para segui-lo. Entravam nas cidades, vilas e povoados, entoando ladainhas, numa procissão solene. A mando do Conselheiro, reconstruíam as capelas, igrejas e cemitérios.

A princípio, o Conselheiro era tolerado e até bem aceito pelos vigários e párocos, pois que, incentivava a população na prática da religião (Católica) e na ajuda dos óbolos cobrados pela Igreja. Contudo, a fama de Antônio Conselheiro começou a competir com a dos padres. A partir daí a Igreja começou a combatê-lo.

Para o Conselheiro, era preciso fazer aqui na terra o reino dos céus. Isso divergia dos ensinamentos “oficiais” da Igreja que pregava o conformismo aqui na terra de modo a ganhar o paraíso na outra vida.

Escreve CHIAVENATO² que o povo entendeu a pregação do Conselheiro que propõe um cristianismo primitivo: “Deus e o Diabo pelejam na terra do Sol. A terra é o próprio inferno, a terra do cão, por isso ele sempre vence. A batalha tem que ser ganha trazendo o céu para a terra. Aqui será céu, na terra”, então, Satanás será vencido-dizia o conselheiro nas suas prédicas.

Isso era considerado “doutrina subversiva” pela vagilante cúpula eclesiástica. Diz FACÓ⁵ que a “subversão” anunciada e o “prenúncio de desgraças” era porque o Conselheiro “arrebatava multidões de adeptos para o caminho diverso daquele

indicado pelas classes dominantes, subtraíndoos (...) à influência da ideologia religiosa (...) inculcada através do catolicismo”.

Reforçando a reação da Igreja, os grandes proprietários de terra viam no movimento do Conselheiro uma ameaça a economia estabelecida. Escreve SOLA⁸ que “no início do movimento eram poucos os camponeses que aderiam aos ideais do Conselheiro, mas com o passar dos meses esse contingente foi aumentando significativamente. Claro que de imediato em nada foram alteradas as condições produtivas nas grandes fazendas. No entanto, o contínuo crescer do movimento e de sua fama, acabou por interferir nas relações capital/trabalho, pois os trabalhadores começaram a alimentar esperança de uma sociedade mais justa”. Com isso, instigou-se o Governo a dar combate ao movimento do Conselheiro de modo a dispersá-lo.

A justificativa primeira foi a partir da queimada de editais de cobrança de impostos do governo republicano, pelos adeptos do Conselheiro, em Bom Conselho (BA). Alardeou-se que o movimento era anti-republicano e que tinha por escopo restaurar a Monarquia. Por outro lado, com este gesto, Conselheiro conquistou a simpatia dos pobres, mais também dos que possuíam algum pedaço de terra e alguma criação que mal dava para o sustento da família, não podendo arcar com as absurdas exigências fiscais.

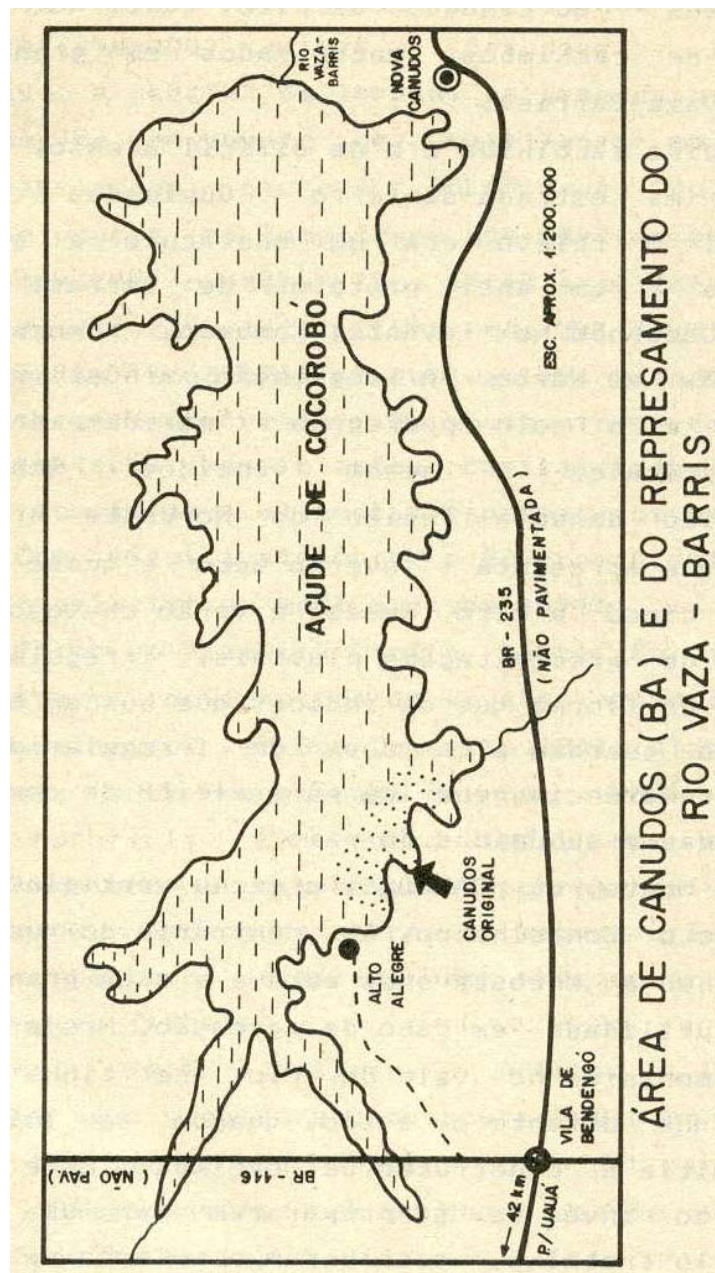
Perseguido pela polícia, Antônio Conselheiro, acompanhado dos seus seguidores, buscou refúgio no alto sertão baiano – que tão bem conhecia pelos mais de vinte anos de peregrinações. Chega assim, nas margens do rio VAZA-BARRIS, interior do Estado da Bahia.

- CANUDOS – UMA EXPERIÊNCIA INCÔMODA DE UTOPIA

fundada em 1893, a cidade de Belo Monte, inicialmente uma velha fazenda de gado abandonada à margem do rio Vaza-Barris, ficou conhecida como CANUDOS (nome derivado das hastes de solanáceas – ou canudos de pito, tubos que serviam para a confecção de cachimbos, encontrados em grande quantidade próximo do Vaza-Barris).

A região escolhida era de difícil acesso, longe de tudo. A mais próxima estrada-de-ferro-Queimadas- ficava a 200 quilômetros. O relevo era um obstáculo a ser vencido e correspondia a um anel protetor de serras: Canabrava, a nordeste; Cocorobó no levante; Cambaio, a poente; Calumbi ao Sul e Caipã, ao Norte. A vegetação arbustiva da caatinga espinhenta e o solo pedregoso (“mar-de-pedras”) formavam outros obstáculos a serem vencidos. Sobre o clima característico daquela região do Nordeste brasileiro, diz AB’SABER¹ que apresenta “inverno seco e quase sem chuva, com duração de cinco a oito meses, e verão chuvoso, com quatro a sete meses de precipitações pluviais, irregulares no tempo e no espaço, de forma que os índices que buscam medir médias de precipitação guardam alta dose de irregularidade, servindo como mera referência genérica para efeito de comparação com as regiões úmidas e subúmidas do país”.

Belo Monte, ou CANUDOS, cresceu vertiginosamente. SOLA⁸ escreve que o Conselheiro, ao contrário do que era esperado, “não escolheu a encosta onde estava a casa grande e que seria de grande utilidade em caso de agressão. Preferiu levantar as primeiras moradias no vale do rio, que tinha cem metros de largura e que durante o estio, quando seu leito se tornava seco, permitia a construção de cacimbas. Este ato deixa bem claro que ao invés de se prepararem para uma futura defesa optaram pelo trabalho, escolheram a criação de uma comunidade livre e igualitária como ideal de vida”.



As casas, erguidas em multirões, eram simples, com no máximo três comôdos, onde se viam poucos e toscos utensílios e mobílias. Apenas o estritamente necessário.

Interessante observar que Canudos não possuía ruas, com exceção de uma única, Campo alegre. As casas eram edificadas sem qualquer plano urbano, não obedecendo nenhum esquema de alinhamento, apresentando-se assim, como um imenso labirinto de ruelas sem saída, becos estreitos e “passagens” que confundiam os forasteiros. Esse “urbanismo caótico” teria mais tarde se revelado uma verdadeira armadilha para as tropas governamentais atacantes.

Por outro lado, a população canudense formava uma comunidade *suis generis*. Diz SOLA⁸ que “o sonho de Thomas Morus de uma sociedade mais justa e humana parecia ser tornar realidade nas mãos de Antônio Coselheiro e sua gente”. As portas das casas não possuíam fechaduras, pois não existiam ladrões. A terra era comunal e não havia nenhum tipo de imposto. O álcool era proibido e não havia polícia. Entretanto, a população organizada exercia a fiscalização necessária. O trabalho era dividido por idade e por sexo. A safra era dividida cabendo a cada um conforme suas necessidades.

Se não havia fartura, em compensação não havia penúria.

As mulheres canudenses tinham papel de destaque na comunidade. Não haviam prostitutas nem mendigos. O casamento religioso era a norma de união do casal, mas se tolerava o amor livre e as mães solteiras e suas crianças não sofriam nenhum tipo de preconceito.

Existiam ainda escolas, inclusive para adultos que quizessem se alfabetizar.

Quase auto-suficiente, o dinheiro era somente usado para as transações externas e a produção canudense tinha por base a agricultura e a criação de gado. Além de atender o consumo interno, chegou-se a exportar peles de cabra, consideradas de excelente qualidade.

Sendo assim, a ociosidade e a idéia de que Canudos seria um antro de bandidos e vagabundos, como a propalada pela imprensa republicana, não condizem com a verdade.

A REACÇÃO DO SISTEMA DOMINANTE

Evidentemente que o sistema teria de reagir e usar a destruição de Canudos como “exemplo” para futuras possíveis experiências das populações “inferiores”, conforme se aceitava na época, numa clara demonstração de que as classes dominantes estavam muito mais submissas que as classes camponesas pobres. A visão do mundo adotada pela burguesia nacional como base ideológica e cosmológica de explicação da realidade, era calcada na visão do mundo da burguesia européia. Desta forma se explicam, o uso de critérios racistas e a

adoção de uma postura “superior” frente as populações marginalizadas e despossuídas, levando aos preconceitos, aos estereótipos e à incompreensão que as classes dominantes tinham do sertanejo. E foi exatamente pelo fato de substimarem a força de resistência dessas populações esquecidas que o governo amargurou a derrota de três expedições militares punitivas e quase levou a tragédia uma quarta expedição. A manipulação da opinião pública fazendo crer que os “fanáticos” de Canudos eram inimigos da República, cujos planos seria a restauração da Monarquia, encobria na verdade, não somente a incompreensão daquele fenômeno social, mas também, no dizer de DÓRIA⁴, “traz à tona o conflito interno ao conceito de República”. Diz ele ainda que “a própria ênfase jacobina na existência de uma ampla conspiração monárquica visava à desestabilização do governo civil, encobrendo, por meio da imagem mítica de um poder republicano sem divisões, a verdadeira questão política subterrânea – a disputa entre liberais e jacobinos e a articulação de um golpe destes contra aqueles”.

O líder de Canudos foi violentamente caluniado. EUCLIDES DA CUNHA³ em os Sertões, chega a designá-lo com mais de três dezenas de nomes pejorativos. A classe dominante não admite que um homem oriundo das classes populares seja inteligente, e se ele tornar-se líder, é taxado de “louco”, “fanático” ou “bandido”. Contudo, Antônio Conselheiro desmente ser ignorante ou insano.

Segundo alguns autores como CHIAVENATO² e SOLA⁸, o Conselheiro demonstrou conhecer os grandes utópicos como Thomas Morus. Para OLIVEIRA⁷, o Conselheiro, apesar de não ter tido uma origem camponesa, e possuindo um nível intelectual superior ao dos camponeses, se fez adotar pela massa camponesa. Assimilou o modo de vida dos camponeses, suas idéias, seus valores, seus costumes, devolvendo tudo isso “transfigurado num discurso religioso e numa prática contestadora”.

E a comunidade canudense apresentou uma experiência de uma sociedade livre e igualitária, antecipando-se às conquistas que, ainda hoje, são privilégios de pequenos grupos. Por isso, CANUDOS foi denunciado como depravada pelos padres, apesar de se saber que na época, no interior baiano, inúmeros religiosos eram emancipados e tinham filhos ilegítimos. EUCLIDES DA CUNHA chamou Canudos de “cidade selvagem”, “urbs monstruosa”, “civitas sinistra do erro”, “Tróia de taipa”, onde existia uma “promiscuidade de um hetairismo infreme”. Era CANUDOS “o homízio de famigerados facínoras”. Entretanto, nunca registrou-se em CANUDOS violência sexual ou estupro, até a chegada das tropas do governo que vieram “civilizar” o sertão.

– A GUERRA DE CANUDOS – UM GENOCÍDIO NO SERTÃO

A justificativa principal do sistema para destruir CANUDOS foi que se tratava de um foco de revolta antirepublicana, e que visava restaurar a Monarquia. Sobre isso, DÓRIA⁴ ao falar do Conselheiro explica que “suas críticas ao novo regime, ao contrário do que se acreditou na época, não derivavam de sua preferência pela Monarquia mas das restrições que fazia às modificações que vieram no bojo da

República. Conselheiro procurava defender a antiga jurisdição da Igreja sobre o casamento e o sepultamento, anulada pela separação Igreja-Estado imposta pelos republicanos”.

O envio de quatro expedições militares punitivas, mobilizou a nação inteira. Essas expedições foram crescendo em número de soldados e poder de fogo. Apesar disso, a tenaz resistência imposta pelos sertanejos resultou na derrota das três primeiras expedições e numa quase destruição da quarta expedição num período de tempo entre novembro de 1896 e outubro de 1897.

Contrariando as expectativas, os sertanejos souberam aproveitar o terreno, armando emboscadas e compensando a inferioridade bélica com o uso da tática de guerrilhas. As tropas, oriundas de todos os pontos do país, enfrentaram um inimigo que defendia sua própria casa, num terreno impróprio para grandes manobras e desconhecido para os estrategistas de gabinete. Ainda mais, o despreparo para esse tipo de combate acarretou um grande número de mortos e feridos para o Exército.

CANUDOS resistiu até o último homem. No assalto final, apenas quatro combatentes: um velho, uma criança e dois homens, faziam frente a mais de cinco mil soldados. Os prisioneiros homens foram simplesmente degolados e as mulheres e crianças deportados, algumas vendidas ou “adotadas” pelos militares.

–FALAVRAS FINAIS – A HERANÇA DE CANUDOS

destruída casa por casa a dinamite, CANUDOS, mais tarde, foi reconstruída, para em 1968 ser coberta pelas águas de um açúde – o Cocorobó, e sua população transferida para um novo sítio – a Nova Canudos, distante uns 20 quilômetros da original. Talvez assim, o sistema dominante conseguisse “cobrir” de vez uma das mais sangrentas páginas da história do Brasil, e impor o esquecimento das atrocidades e injustiças que cometeu contra uma das mais interessantes experiências sociais deste país.

Hoje, CANUDOS, no seu novo sítio, apresenta ainda sérios problemas derivados da miséria e do abandono. A falta de emprego, os altos índices de mortalidade infantil, a desnutrição, a falta de saneamento básico, a pobreza e a desesperança são as heranças deste episódio deixado pela “civilização superior” sobre o Sertão do Nordeste do Brasil.

BIBLIOGRAFIA

AB’SABER, A.N. – Os Sertões – A originalidade da terra. Ciência Hoje, 3(18): 43-52, 1985.

CHIAVENATO, J.J. – As lutas do Povo Brasileiro – do “Descobrimento” a Canudos. 2º ed. São Paulo, Moderna, 1989. (Col. Polêmica)

CUNHA, E. Da – Os Sertões – Campanha de Canudos. São Paulo, Circulo do Livro, 1988 (Grandes da Literatura Brasileira)

DÓRIA, C.A. – A Aldeia Sagrada de Canudos. In: Mendes Jr./ Maranhão, R. (org.). Brasil História – Texto & Consulta. 3ª edição. São Paulo, Brasiliense, 1983, vol. 3, cap. LXVI, pp. 167-176.

FACÓ, R. – Cangaceiros e Fanáticos. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965. (Col. Retratos do Brasil, 15).

MACHADO, C.M. – As Táticas de Guerra dos Cangaceiros. Rio de Janeiro, Laemmert, 1969.

OLIVEIRA, P.A.R. de – Religião e Dominação de Classe-Gênese, estrutura e função do Catolicismo romanizado no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1985.

SOLA, J.A. – Canudos – uma utopia no Sertão. São Paulo, Contexto, 1989. (Col. Repensado a História).

